

ANO XVI N. 88 14/8/2018

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

[PORTARIA GP N. 298, DE 9 DE AGOSTO DE 2018](#)

Atualiza a escala de plantão dos Desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região para o ano de 2018.

(DEJT/TRT3, Cad. Jud. 13/8/2018, p. 1)

[RECOMENDAÇÃO CONJUNTA GCR/GVCR N. 3, DE 8 DE AGOSTO DE 2018](#)

Assunto: Arquivamento definitivo dos autos nos casos em que não há cumprimento integral do acordo.

(DEJT/TRT3, Cad. Jud. 13/8/2018, p. 1-2)

[AVISO DO 1º VICE-PRESIDENTE DO TRT DA 3ª REGIÃO](#)

Cientifica os MM. Juízes Titulares de Varas do Trabalho sobre a vacância de um cargo de Desembargador neste TRT. O preenchimento do respectivo cargo se dará por acesso de Juiz Titular de Vara, pelo critério de ANTIGUIDADE. Cientifica também sobre a abertura do presente processo, que será apreciado em sessão do Egrégio Tribunal Pleno, observado o prazo mínimo de 15 dias de antecedência da respectiva sessão, conforme previsto no art. 74 do ato regimental.

(DEJT/TRT3, Cad. Adm. 13/8/2018, p. 1)

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

[EDITAL N. 20, DE 10 DE AGOSTO DE 2018 - I CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO TRABALHO – ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO CONCURSO](#)

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com base na Resolução Administrativa nº 1973, de 20 de março de 2018, tendo em vista o I Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho, regido pelo Edital de Abertura de Inscrições, publicado no Diário Oficial da União, de 29/06/2017, TORNA PÚBLICO a alteração nas datas do cronograma de atividades do Concurso.

(DEJT/CSJT, Cad. Adm. 13/8/2018, p. 1-2)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[LEI N. 13.705, DE 13 DE AGOSTO DE 2018](#)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$ 92.216.527,00, para os fins que especifica.

(DOU 14/8/2018, Seção n. 1, p. 1-4)

[LEI N. 13.706, DE 13 DE AGOSTO DE 2018](#)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 15.475.091,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

(DOU 14/8/2018, Seção n. 1, p. 4-7)